

A política de A Esquerda.PDS na área de finanças públicas e orçamento – Política alternativa e da esquerda e várias experiências

*Katharina Weise**

1. Introdução – Onde está A Esquerda.PDS?

As condições de fazer política na Alemanha são muito diferente – quase como as ideias esquerdas. Antes de olhar à política financeira é necessário mostrar os limites políticos.

O Partido do Socialismo Democrático (PDS) é o partido sucessivo jurídico do SED, o partido da República Democrática da Alemanha (RDA) ou Alemanha Oriental. Depois da queda do muro, nos anos noventa, o PDS foi representada no *Bundestag*, o parlamento nacional, e também nos parlamentos dos estados oriental. Além disso havia muitos representantes nos parlamentos municipais. No fim dos anos noventa o partido também podia delegar representantes aos parlamentos municipais no leste. Em estas instituições o PDS já estava na situação da responsabilidade. Os deputados fizeram decisões essenciais para as finanças municipais. Mas nos municípios o PDS tinha a responsabilidade da realização dos leis federais e estaduais. Nos parlamentos dos estados e no Bundestag o PDS não teve muita importância.

Depois das eleições federais em 2002 o PDS só conseguiu delegar duas deputadas ao *Bundestag*. Isso foi eminente porque o PDS quase não teve uma voz no nível federal para

* Jurista e deputada de A.Esquerda.PDS no bairro Treptow-Köpenick em Berlim. Trabalha na Esquerda.PDS nas áreas de política financeira e orçamentária pública, democratização e reforma da administração e também na política das ciências e das universidades. Quero agradecer o Dirk Kramer e Alessandro Marquês de Melo pela sua ajuda.

expressar as suas opiniões ou a sua crítica. Finalmente esta situação quase resultou em uma fracção do partido e a divisão foi previsto. Mas 2004 o PDS podia delegar 6 deputados ao Parlamento Europeu que era um grande sucesso. Portanto o partido ganhou mais influência no nível europeu e também entre os partidos europeus esquerdas. No ano 2005 depois das eleições em Renânia do Norte-Vestfália, o governo federal social-democrata (SPD) e verde (Grüne) perdeu a maioria na população por causa da impopularidade das reformas sócias do governo, a reforma do mercado de trabalho (Hartz IV) e a sua respectiva nivelção de salário-desemprego e ajuda social. A reforma desestabilizou as formações partidárias estabelecidas e abriu chances eleitorais para partidos menores.

Depois das eleições próprios o líder do novo partido Alternativo Eleitoral por Trabalho e Justiça Social (WASG), Oskar Lafontaine (ex-presidente do SPD), ofereceu a sua candidatura ao PDS para os eleições federais. Havia negócios sobre a criação de um partido novo. O PDS, o parceiro maior, mudou o seu nome - A Esquerda. Queria mostrar que quer deixar a história e quer seguir um caminho novo com o WASG. Esta aliança podia ganhar 8,7 por cento nas eleições federais. Por causa das suas posições A Esquerda. é considerado de facto o único partido na oposição:

“ O Partido de Esquerda foi o único que articulou claramente a rejeição das reformas sociais que começaram a ser implementadas durante o governo social-democrata e verde e prometem ser prosseguidas pela grande coalizão. Por serem os únicos contrários à política economia do novo governo, é possível que os esquerdistas consigam conquistar a atenção da media e da opinião pública. E, em caso de fracasso

no combate ao desemprego, conquistar um prestígio ainda maior junto ao eleitorado.”¹

A situação nos estados é um pouco diferente. Enquanto A Esquerda. não é representado nos parlamentos dos estados ocidentais, nos estados orientais (incluído Berlim) ela podia formar grandes bancadas nos parlamentos. Gregor Gysi, o líder da bancada do Partido de A Esquerda. no Bundestag, explicou:²

„No Leste, somos um partido popular e no Oeste um partido de 4,9%. Isso faz uma grande diferença. Um partido com respaldo de 25% do eleitoral pode se pronunciar sobre todas as questões, mas um partido de 5% tende a se ridicularizar com facilidade, se tentar se posicionar sobre toda e qualquer coisa.“

Em quatro estados no leste, na Saxónia-Anhalt, na Saxónia, na Turíngia e no Brandenburgo, A Esquerda.PDS ganhou nas eleições a segunda posição mas ainda está na oposição. Mais interessante é que o partido faz parte dos governos em Berlim e Meclemburgo-Pomerânia.

Apesar dos municípios este nível é mais importante para o partido. Primeiro neste nível A Esquerda.PDS pode exercer o maior influência na política. Segundo a questão de fazer parte em um governo é um dos maiores conflitos internos no partido. Este problema não tem muita importância no nível comunal. Também no leste o partido é representado em muitos parlamentos municipais.³

¹ de Mello, Simone, *Governo democrático, mas sem oposição*, www.dw-world.de, 2005.

² Citado: de Mello, Simone, *Governo democrático, mas sem oposição*, www.dw-world.de, 2005.

³ Novembro de 2005: A Esquerda. tem 192 ministros municipais e 5.500 representantes nos parlamentos municipais. (fonte: Mit dem Mandat der Linkspartei. – Personen, Fraktionen, Funktionen, Adressen im kommunalen und parlamentarischen Raum, publicado pelo Parteivorstand der Linkspartei.PDS, Berlin, 2005)

Mas há mais limites e problemas não financeiros que são importante para a política financeira e orçamental de A Esquerda., por exemplo

- sistema federal
- o poder do estabelecimento das ideias nos parlamentos (contra uma coalizão, contra o parceiro da coalizão)
- questão de “O que é que esquerda?” no partido

2. Política de A Esquerda. em um sistema federal e experiências

a. A dimensão europeia

Ao lado da política financeira o Pacto de Estabilidade e Crescimento é o instrumento mais importante para manobrar finanças públicas dos Estados-membros na União Europeia. O objectivo do Pacto consiste em prevenir a ocorrência de um déficit orçamental excessivo na zona euro após a entrada na terceira fase da União Económica e Monetária. Visa assegurar uma convergência sustentada e duradoura das economias dos Estados-Membros na zona euro. A execução é baseada em dois pilares: uma supervisão multilateral e um procedimento relativo aos défices excessivos. O procedimento é desencadeado se um Estado-Membro ultrapassa o critério do deficit público de 3 por cento do produto interno bruto (PIB) do Estado-Membro.⁴ O critério é essencialmente um valor arbitrário que se encontra a sua justificação no momento quando o Pacto foi criado. Não é baseado numa teoria económica mas sim foi criado num processo político.

⁴ União Europeia, Pacto de estabilidade e crescimento, <http://europa.eu.int/scadplus/printversion/pt/lvb/125081.htm>

Se um Estado-Membro não puder cumprir o critério acima mencionado, a Comissão Europeia sugerirá ao Conselho o procedimento relativo aos défices excessivos. Caberá ao Conselho a decisão final sobre o procedimento, o que acarretará em último caso no pagamento de multas.

No ano de 2001, o endividamento público da Alemanha atingiu um valor de 2,7 por cento, causado tanto pela diminuição na arrecadação dos impostos quanto pelo aumento nos gastos públicas. Em consequência disso, a Comissão Europeia sugeriu a instauração de um „procedimento de advertência“. O Conselho não acatou esta posição sob a condição do governo alemão apresentar um orçamento consolidado até 2004.⁵

Para tanto Sylvia-Yvonne Kaufmann, deputada no Parlamento Europeu e do partido A Esquerda.PDS, declarava em Setembro de 2002:⁶

„... (E) Que não há bastante dinheiro em caixa e simultaneamente em Berlim a incapacidade de governar, está relacionado com facto de que a política financeira nacional foi coberta como por uma camisa-de-forças com o Pacto de Estabilidade. Estar obrigado a economizar para alcançar orçamentos consolidados apesar da restrição dos gastos em situações económicas difíceis, peca contra a razão económica. A restrição do endividamento público a 3 por cento do produto interno bruto actua procíclico e com isso agrava ainda mais a enfraquecimento da conjuntura. Por isso seria aconselhável aos ministros das finanças dos Estados-membros reformar o Pacto de Estabilidade o mais rápido...“

⁵ União Europeia, Durchführung des Stabilitäts- und Wachstumspaktes, <http://europa.eu.int/scadplus/leg/de/lvb/l25057.htm>, 21 de Outubro 2005.

⁶ Kaufmann, Sylvia-Yvonne, *Stabilitätspakt muss umgehend auf den Prüfstand*, comunicado de imprensa, 6 de Setembro 2002.

Finalmente a deputada exigiu investimentos públicas nas áreas sociais e ecológicas assim como programas de investimento europeus nos sectores de transportes e comunicação. Um novo pacto haver dever possibilitar um endividamento orientado aos investimentos enquanto por outro lado os défices públicos estruturais devem ser evitados⁷.

Nos anos seguintes a Alemanha não cumpriu o critério de novo. No ano de 2002 ultrapassou o défice de 3,0 por cento, totalizando 3,8 % do PIB. O endividamento total dos orçamentos públicos totalizou 60,9 % do PIB. Após da sugestão da Comissão, o Conselho constatou que existe um deficit na Alemanha. Também nos outros Estados-membros (França, Portugal, Grécia, Países Baixos, Hungria) o Conselho teve que constatar um défice. Em 2005 o debate sobre a praticabilidade do critério do défice orçamental se intensificou ao nível europeu porque agora a Alemanha tinha ultrapassando o critério desde 2002. Também o comissário monetário da UE Joaquin Almunia anunciou agravar o procedimento contra a Alemanha – que foi interrompido por algum tempo – pelas imposições orçamentais.⁸ Agora a grande coalizão do Partido Social Democrata (SPD) e da União Democrata Cristã (CDU) promete estabilizar e consolidar o orçamento no sentido de diminuir o endividamento abaixo de 3.0 por cento e cumprir o Pacto de Estabilidade.

O Pacto tem sido criticado menos por causa dos desenvolvimentos políticos e mais pelos conflitos económicos originados pela construção do Pacto. O Pacto de Estabilidade foi criado num ciclo positivo da economia mundial. Em momento de crescimento económico e em situações com arrecadações fiscais positivas se permite excessos fiscais. Ao contrário, em momentos menos favoráveis, ele força a recessão. Em cada caso, o Pacto amplifica as tendências cíclicas. O comissário monetário da UE mesmo demonstrava ao exemplo de

⁷ Kaufmann, Sylvia-Yvonne, *Stabilitätspakt muss umgehend auf den Prüfstand*, comunicado de imprensa, 6 de Setembro 2002.

⁸ Deutschland droht verschärftes EU-Defizitverfahren, F.A.Z., 12 de Julho 2005.

Portugal, que a abertura do procedimento relativo aos défices excessivos levou o país de facto à recessão.⁹ O actual ministro das finanças alemão Peer Steinbrück pronuncia-se crítico uma vez que alguns detalhes do orçamento nacional são deixados de lado pela execução do procedimento relativo aos défices excessivos.¹⁰

Também na ciência o Pacto é controverso. A crítica principal se refere às perdas do crescimento que são ocasionadas pelos critérios fixos do Pacto. Em um estudo o Instituto para macroeconomia e investigação conjuntural (IMK) da fundação Hans Böckler, uma fundação ligada aos sindicatos, descobriu que a economia alemão cresceria mais forte sem o Pacto e assim aconselha reformar o Pacto. Uma alternativa pode ser o conceito das trilhas de gastos obrigatórios segundo o qual os gastos públicos independentes da conjuntura como consumo público, subsídios e investimentos públicos são fixados. Os gastos não independentes – por exemplo os gastos sociais – devem oscilar ao em torno da trilha de gastos sem regulamento de défice.¹¹

A Esquerda.PDS aproveitou o tema na campanha eleitoral para as eleições do Parlamento Europeu no ano de 2004. O programa eleitoral manifestou-se contra o Pacto porque ele é tão somente direccionado à estabilidade monetária e de preços. Crescimento da economia e a geração de empregos são contemplado só em segundo plano. Além disso a redução dos gastos públicos na área social é imposta. Uma alternativa deve estimular a geração de um superavit nos tempos de crescimento económico, para reduzir o endividamento e possibilitar um a política contra-cíclica pelo estado em tempos de crise. A coordenação da política monetária do Banco Central Europeu com a política económica e financeira dos Estados-membros

⁹ Schmidt, Helmut, *Wenn Stabilität zum Fetisch wird*, Die Zeit, 17 de Março 2005.

¹⁰ Hulverscheidt, Claus; Marschall, Birgit; Tartler, Jens, *Steinbrück rügt Stabilitätspakt*, Financial Times Deutschland, Berlin, 24 de Fevereiro 2006.

¹¹ Mais detalhes: Hein, Eckhard; Truger, Achim, *Europäische Finanzpolitik: Ausgabenpfade als konjunkturgerechte Alternative zum Stabilitäts- und Wachstumspakt*, IMK-Report Nr. 10, Maio 2006.

também faz parte desta reforma.¹² Com estas demandas A Esquerda.PDS defende a sua posição de que a obrigação da consolidação orçamental e a obrigação de poupar não resolve.

Finalmente o objectivo tem que ser mudado – de um alinhamento à Estabilidade dos preços para uma política económica e de crescimento sustentável. Além disso, a Esquerda Europeia exigiu na sua declaração da Atenas que o Banco Central Europeu tem que estar sob controle democrático assim como ao serviço da criação de empregos e do desenvolvimento. Neste contexto as regiões menos desenvolvidos precisam da mais atenção.¹³

O espectro dos críticos é grande. Mas tendo em vista as estruturas na Europa, não vai ser possível arranjar uma maioria no Parlamento Europeu ou no nível europeu para a realização destas demandas. Apesar de várias iniciativas no Parlamento Europeu isto é também a avaliação da bancada Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL) em que os deputados de A Esquerda.PDS são organizadas com deputados de outros partidos da esquerda.¹⁴ Diferentemente do Directivo de serviços públicos contra o qual um grande protesto dos partidos, ONG e sindicatos foi organizado, não seria realista presumir que é possível mobilizar tanta gente para um mesmo protesto contra um Pacto de Estabilidade para forçar alterações ou correcções.

¹² PDS, *Stabilitäts- und Wachstumspakt*, Stichworte und Positionen A-Z zum Europawahlkampf, 2004.

¹³ Europäische Linkspartei., *Athener Erklärung*, Atenas, 23 de Novembro 2005.

¹⁴ Vereinten Europäischen Linke/Nordische Grüne Linke, *Eine andere Stimme in Europa*, Tätigkeitsbilanz der Fraktion 1999-2004, Bruxelas, 2004, p. 53.

b. O nível federal

No nível federal as discussões sobre os impostos estão em foco. Os impostos são o maior recurso público.¹⁵ Essencialmente a federação tem a competência de legislar os impostos. Os municípios tem o direito de regular o imposto profissional e o imposto sobre a propriedade imobiliária. No âmbito da compensação financeira vertical o rendimento dos impostos mais importantes - imposto sobre o valor acrescentado, imposto complementar e imposto profissional - afluem aos três níveis (federação, estados e municípios) através do sistema denominado *Verbundsystem* (sistema da ligação).

Actualmente, o tema mais brisante é o aumento do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) de 16 ao 19 por cento à partir de 2007. Ao lado da crítica geral sobre preços mais altos na população o aumento é criticado pelo público por causa do crescimento económico. O crescimento não é resistente porque é pequeno. Não está em vista, que o aumento da arrecadação dos impostos vem com o crescimento também. O governo começou o seu trabalho com o objectivo desencilhar as finanças públicas. Com um aumento dos impostos esta dinâmica macroeconómica é abalada, sem a qual o orçamento público não pode ser saneado.¹⁶ Poucos vêem este risco.

Entre os pesquisadores alemães da conjuntura há poucos que pensam que o aumento seja grave. Eles partem do princípio de um aumento duradouro do crescimento. O presidente do conselho de contas federal também não vê outra alternativa senão a consolidação duradoura do orçamento público.¹⁷

¹⁵ Receitas 2005 em total: 228, 409 bilhões de euros, impostos 190,149 bilhões de euros, Monatsbericht des Bundesministerium der Finanzen, *Entwicklung der Einnahmen des Bundes*, Berlim, Abril 2006.

¹⁶ Heuser, Uwe Jean, *Wer den Mehrwert schafft*, Die Zeit, 4 de Maio 2006.

¹⁷ Polke-Majewski, Karsten, *Alles nicht so schlimm?*, Zeit online, 5 de Maio 2006.

No ano 2006 uma política anti-cíclica é permitida sob a pressão da necessidade fiscal. Alguns pesquisadores pensam que essa política tem que continuar. Eles preferem uma política financeira expansiva com um programa de investimentos sustentável.

No caso contrário – através de poupança, redução dos benefícios fiscais relevante para a capacidade de compra e o aumento do imposto sobre o valor acrescentado – há o perigo do impedimento da recuperação conjuntural e do aumento do desemprego.¹⁸ Em parte, alguns falam mesmo de um choque conjuntural.¹⁹

Este risco também foi previsto em uma audição da bancada da A Esquerda.PDS no Bundestag, no parlamento nacional. A bancada completa do partido de A Esquerda. votou contra o aumento. Os segundo-ministros da A Esquerda.PDS em Berlim e Meclemburgo-Pomerânia também vão votar contra.²⁰ Esta decisão tem uma importância particular. Mesmo quando o PDS não foi representado no Parlamento nacional entre 2002 e 2005, teve ainda assim uma pequena influência na política federal. No *Bundesrat*, a „representação (câmara) dos estados“, é composta pelos representantes membros dos governos dos estados. Um grande número de leis que afecta os estados tem que ser decididas tanto pelo o *Bundestag* quanto pelo *Bundesrat*. Neste ponto, A Esquerda.PDS pôde criticar a política federal através da sua participação nos governos em dois estados. Hoje também é possível. A rejeição do aumento vai dar efeito aos votos dos estados de Berlim e de Meclemburgo-Pomerânia porque enquanto o SPD vai votar em favor do imposto o que no final, contudo, tem o efeito de um voto “Não”.

A Esquerda.PDS considera o aumento como prejudicial tanto em termos da política económica quanto como anti-social. O aumento vai atingir mais fortemente pessoas de baixa

¹⁸ Hickel, Rudolf, *Schwarz-rote Placebopolitik*, Blätter für deutsche und internationale Politik, Berlim, Janeiro 2006, p. 12.

¹⁹ Horn, Gustav, Mehrwertsteuer: IMK warnt vor Konjunkturschock, comunicado de imprensa, 19 de Maio 2006.

²⁰ Gallert, Wulf; Methling, Wolfgang; Wolf, Harald, *Stellvertretende Ministerpräsidenten der Linkspartei.PDS werden der Mehrwertsteuerehöhung nicht zustimmen*, comunicado de imprensa, 22 Março 2006.

renda pelo facto de que todo o seu salário se dirige ao consumo. Dessa forma seu salário vai ser ainda mais reduzido. Dessa forma, será freada a recém crescida procura interna.²¹

Já no seu programa referente aos impostos para os eleições federais A Esquerda.PDS rejeitava o aumento do IVA. Ao lado disto, no programa de imposto da A Esquerda PDS vale o princípio da tributação da capacidade económica individual e justiça social. Isto tem uma importância particular para o imposto complementar. Além disso, A Esquerda.PDS luta pela reentrada do imposto sobre o património, isto é a tributação de bens acima de 300.000 €.²² Durante muito tempo não foi considerado, politicamente, como uma realização possível. Causas para esta opinião são um aumento da burocracia e o perigo de evasão fiscal. Contudo este imposto já existe em outros países europeus. Apesar das poucas possibilidades de implementar esta posição ao nível federal uma coisa pode ser constatada: A Esquerda. PDS não deixa de ter sua influência. De repente alguns representantes do SPD demandaram também um imposto sobre o património durante a campanha eleitoral. E o debate ainda existe na grande coalizão.

Ao lado disto, A Esquerda.PDS também exige uma redução do IVA para certos produtos e serviços por causa de razões económicas e sócias.

Assim vê-se necessário a redução do IVA na indústria hoteleira e gastronómica, como também na de medicamentos.²³ Uma redução também é possível depois da harmonização da alíquota no nível europeu. Mas a decisão tem que ser tomada ao nível federal. Para esta exigência não é possível conseguir uma maioria no congresso neste momento. Além disso, existe a possibilidade da introdução de uma alíquota do imposto reduzido para trabalhos intensivos, nos moldes de um projecto modelo ao nível europeu. O governo votou contra uma

²¹ Gallert, Wulf; Methling, Wolfgang; Wolf, Harald, *Stellvertretende Ministerpräsidenten der Linkspartei.PDS werden der Mehrwertsteuerehöhung nicht zustimmen*, 22 Março 2006.

²² PDS, Einfach, sozial, gerecht – Unser Steuerkonzept, Berlin, Junho 2005.

²³ Brie, André, *Mehrwertsteuer für Gastronomiegewerbe in EU vereinheitlichen, in Deutschland senken*, Pressemitteilung, 23 de Outubro 2003; Höll, Barbara, *Mehrwertsteuersatz für Arzneimittel senken*, Rede vor dem deutschen Bundestag, Berlin, 11 de Maio 2006.

participação neste modelo porque os objectivos não poderiam ser alcançados, por exemplo a promoção do emprego e a repressão do trabalho ilegal.²⁴

Mais um ponto do nosso trabalho é a reforma do federalismo que também tem um grande impacto fiscal e orçamental. Ainda não foi acordado pelo *Bundestag* mas a grande coalizão quer fixar um Pacto de Estabilidade nacional no *Grundgesetz*, a constituição alemã.

Segundo isto os estados tem que participar com dois terços das multas possíveis da federação por causa do Pacto de Estabilidade e Crescimento Europeu. Este regulamento é visto pela A Esquerda.PDS com a mesma crítica e rejeição como o Pacto de Estabilidade e Crescimento Europeu.

Dessa forma expõe Benjamin Hoff, director da coordenação entre a federação e os estados da bancada da A Esquerda.PDS.²⁵

„Os critérios sugeridos baseados no reconhecimento do pacto de estabilidade europeu. Na base da situação de crise da politica orçamentaria de uma serie de estados, em caso de sentença do supremo tribunal sobre extrema situação emergencial orçamentária dos estados o pacto poderia ser reavaliado.

É questionável se estados que recém recuperados da sua situação orçamentaria emergencial devem pagar multas relacionadas ao pacto de estabilidade, podem ser mantidos politicamente. Alem disso, devido as diferentes condições financeiras e económicas dos estados não é possível se ter condições iguais para evitar o contraimento de dívidas. Mesmo assim, os estados com deficiências estruturais são

²⁴ Ludwig, Joachim; Weise, Katharina, *Reduzierte Mehrwertsteuersätze für arbeitsintensive Dienstleistungen*, Wissenschaftlicher Dienst des Deutschen Bundestages - Europa, 22 de Fevereiro 2006.

²⁵ Hoff, Benjamin-Immanuel, *Sachstand Föderalismusreform*, Berlin, 6 de Março 2006.

aqueles quem ais devem contribuir. Mais ainda, os estados com orçamento equilibrado ou com superavit não participam no pagamento relativo ao endividamento. O numero de estados pagadores se reduz significativamente.”

c. Os estados

Com a problemática acima mencionada, a crise originada pelo acumulo das dívidas continua ao nível dos estados. Eh questionável se as transferências inter-estaduais possa oferecer um equilíbrio tanto politico quanto financeiro. O equilíbrio financeiro no sentido amplo abrange a distribuição vertical e horizontal de obrigações, gastos e receitas na federação, nos estados e nos municípios. O equilíbrio financeiro no sentido restrito implica no fluxo de dinheiro entre as unidades federativas em seu nível respectivo.²⁶ Um dos objectivos do equilíbrio financeiro é a criação de condições de vida equitativas em todos os estados se bem que a distribuição horizontal tem um componente politico significativo. Assim, os estados com condições mais favoráveis fazem transferências financeiras aos estados com situação económica mais precária.

Contudo, são as condições de vida igualitária, e, portanto, a financeira de longe não saca realidade. Está relacionado com a divisão histórica da Alemanha até 1989 na qual as varias regiões se desenvolveram completamente diferentemente. Portanto cada estado possui a sua história financeira particular. Depois que o PDS de Berlim decidiu, através do debate no ano de 2001, participar do governo estadual, foi confrontado com uma situação financeira precária.

²⁶ Mäding, Heinrich, *Öffentliche Finanzen*, em: Handwörterbuch des politischen Systems, Bonn 2003.

Carl Wechselberg, membro do parlamento berlinense e falador da política orçamentaria da bancada de A Esquerda.PDS, elucidou no seu balanço da última legislatura, a situação, como segue:²⁷

„Dez anos de coalizão CDU-SPD, levou o estado a beira da falência. O endividamento de aproximadamente 40 bilhões de euros, um quarto do orçamento financiado pelo endividamento, constante aumento do pagamento de juros, gasto com pessoal tão grande quanto a arrecadação do estado e a privatização da maioria dos bens públicos já realizada – isto era a situação de Berlim no ano de 2001 e é até hoje a herança da era Diepgen e Landowsky. Raramente foram as condições tão complicadas para um governo e os espaço de manobra tão reduzido como na época do final da grande coalizão.”

No contexto da equiparação financeira entre estados, Berlim é o estado quem mais recebe transferências financeiras na ordem de 2,4 bilhões de euros.²⁸ Além disso, Berlim recebe transferências financeiras especiais da federação por causa da divisão da cidade ate 1989.

As regras utilizadas para a utilização desses meios financeiros não permitem ao estado de Berlim consolidar o orçamento. Porem, o estado utilizou-se do dinheiro contras as regras estabelecidas. Por isso o estado de Berlim tem sido criticado pela federação.²⁹

Alem disso, no ano de 2003, a quota do financiamento através de endividamento em Berlim era o dobro da media dos estados na Alemanha. E a relação entre pagamento de juros e receita era quase o dobro da media dos estados na Alemanha.³⁰ A recusa do demais estados a apoiar

²⁷ Wechselberg, Carl, *Teufelkreis durchbrochen*, in: Fortsetzung folgt – Eine Bilanz der Linkspartei.PDS-Fraktion im Berliner Abgeordnetenhaus, Berlim, 2006.

²⁸ 10 de Maio 2006; Statistisches Bundesamt, <http://www.destatis.de/basis/d/fist/fist023.php>

²⁹ Müller, Uwe, Ost-Länder verletzen den Solidarpakt-Gesetz, Berliner Morgenpost, Berlim, 20 de Maio 2006; Bundesministerium der Finanzen, Perspektiven der Länderfinanzen im Rahmen der Föderalismusreform und des EU-Finanzkompromisses, Beantwortung der Kleine Anfrage der Abgeordneten Bodo Ramelow u.a., BT-Drs. 16/718, Berlim Março 2006.

³⁰ Sarrazin, Thilo, *Berlin klagt auf Gewährung von Sanierungshilfen*, comunicado de imprensa, Berlim, 2 de Setembro 2003.

o abatimento das dívidas de Berlim, levou, no ano de 2003, o estado de Berlim a abrir um processo jurídico especial contra o governo da federação.

O motivo dessa situação financeira e, por isso também, do processo jurídico que foi iniciado pelos partidos da nova coalizão SPD-PDS, foi descrito por Marian Krueger (membro do parlamento berlinense) como segue:³¹

„Berlim oriental e ocidental foram altamente subsidiadas como vitrina de ambos sistemas. O fim da ajuda financeira a Berlim causou défices que ate hoje não puderam ser compensados. Simultaneamente, a grande coalizão não conseguiu equiparar os gastos, que em varias áreas são maiores que a media nacional, com as possibilidades financeiras da cidade. Com isso se iniciou o circulo vicioso do acumulo de dívidas e juros que é possível superar sem ajuda externa. Assim temos que nos endividar cada ano mais só para pagar os juros.”

Para mostrar iniciativa própria para o melhoramento da situação financeira ao supremo tribunal, o estado de Berlim iniciou um programa de saneamento das finanças. Esse programa de saneamento das finanças mostra resultados a partir de 2006. Através da diminuição do deficit primário, Berlim poderá usar todas a transferências financeiras para a eliminação das dívidas, dependendo da decisão da suprema corte que deve acontecer no Verão de 2006.³²

O programa de saneamento das finanças teve consequências. Por exemplo, um bilhão de euros foram economizados nos gastos de pessoal. Além disso, foram economizados aproximadamente 2 bilhões de Euros, principalmente nas áreas de trabalho, social, cultura, ciência e juventude.

³¹ Krüger, Marian, *Es sollte Auflagen mit sozialem Augenmaß sein*, entrevista com Kathrin Gerlof, Neues Deutschland, Berlin, 4 de Maio 2006.

³² Sarrazin, Thilo, *Das Beispiel Bremens und des Saarlandes lehrt: Bundeshilfen nur zur Entschuldung verwenden*, comunicado de imprensa, Berlin, 12 de Dezembro 2005.

A avaliação deste processo pelos membros da A Esquerda.PDS, e também pelos outros grupos e partidos de esquerda (especialmente do WASG) é muito diferente. Alguns vêem o perigo de que A Esquerda.PDS de Berlim abandone as suas pretensões de ter uma política social e justa dentro do governo. Outros criticam que a política tornou-se totalmente neoliberal e acusam A Esquerda.PDS de Berlim de reduzir os serviços sociais, privatizar empresas públicas e realizar as reformas do trabalho Hartz IV.

Houve muita pressão para que estas acções fossem justificadas pelo partido. O argumento principal do partido é que durante as reduções dos gastos públicos a bancada da A Esquerda.PDS foi a única que respeitou o princípio de que as pessoas ricas podem dar mais contribuições do que os mais pobres.³³ Em detalhe: mesmo depois da introdução de mensalidades no jardim-infantil famílias com menos rendimentos têm menos gastos do que famílias com um rendimento alto.

Também há sempre a pressão para afastar preconceitos. O problema é visível nos serviços básicos à população. Muitas vezes, A Esquerda. PDS é acusada de privatizar serviços públicos. Na verdade algumas empresas públicas foram mudadas para uma forma jurídica privada, mas com a condição de que o estado de Berlim fique com uma participação de 100 por cento. O objectivo disso foi a estabilização da economia sem comprometer os empregos e a protecção dos serviços públicos disponíveis à população (ao contrário do que normalmente acontece pós-privatização). As empresas em Berlim eram conhecidas pelo entrelaçamento de interesses públicos e privados. Portanto mecanismos de controle assim como relatórios de participação devem ser realizados.³⁴

³³ Wechselberg a.a.O.

³⁴ Mais detalhes: Lederer, Klaus, *Saniert statt privatisiert*, em: Fortsetzung folgt – Eine Bilanz der Linkspartei.PDS-Fraktion im Berliner Abgeordnetenhaus, Berlim, 2006.

O tratamento destes problemas causava muitos conflitos dentro do partido de Esquerda.PDS. De um lado o tema da participação foi discutido e membros do partido exigiram a saída do governo. Por outro lado existe a opinião de que política não significa parar e aguardar até as condições de governar serem mais confortáveis muito menos deixar as decisões aos outros partidos. É um problema qualitativo que a política de esquerda pode, deve e tem de fazer. Mas não será possível solucionar este problema aqui.³⁵

Há mais um problema que é visível nas negociações do processo contra a federação. Os ministros dos outros estados exigem mais iniciativa do estado de Berlim para melhorar a situação financeira, especialmente que os hospitais e habitações públicas sejam privatizadas.³⁶

Diante da situação orçamentária emergencial de Berlim e da consolidação do orçamento necessário muitos exigem que os estudos nas universidades devam ser pagos. A rejeição da privatização dos serviços públicos à população e a rejeição da introdução de mensalidades nas universidades são posições de A Esquerda.PDS. A Esquerda.PDS discutiu o problema.

Depois que o supremo-tribunal decidiu que a proibição federal das pagamentos é inconstitucional, muitos estados começaram introduzir estes pagamentos obrigatórios. Os estados que introduziram o pagamento argumentam que os estudantes demoram de mais para concluir os estudos em universidades que não são pagas. Além disso existe a justificativa de que a receita desses pagamentos reverteriam em favor das próprias universidades. É ocultado que no passado os estados diminuíram os gastos nas universidades, especialmente os gastos para equipamento e pessoal. Partes das receitas eram usadas para a consolidação do orçamento. Com esses cortes a qualidade dos estudos cai. Além disso há mais estudantes do

³⁵ Mais detalhes sobre o conflito: Prof. Dr. Brie, Michael; Prof. Dr. Reißig, Rolf, *Restriktionen und Optionen linkssozialistischer Politik in Regierungsverantwortung. Das Beispiel Berlin*, Contribuição ao seminário „Linksparteien in Lateinamerika“ do RLS, São Paulo, 2005.

³⁶ Krüger, Marian, *Es sollte Auflagen mit sozialem Augenmaß sein*, entrevista com Kathrin Gerlof, Neues Deutschland, Berlin, 4.Mai 2006.

que vagas na universidade, assim como muitas transferências de cursos por causa da falta de orientação na universidade.

Por causa da posição de A Esquerda.PDS (de uma educação gratuita) o partido estava sob a pressão desta exigência dos outros estados. Isso resultou, nos anos de 2003 e 2004, em um debate intensivo sobre um modelo de “contas de estudo” que é um modelo mais fraco do que um modelo com pagamentos. No fim poderiam ser arrecadados mais de 10 milhões de euros, que não melhorariam a situação e a qualidade nas universidades. Este valor não seria suficiente para consolidar o orçamento. Finalmente a maioria do PDS rejeitou a introdução das “contas de estudo”.

Mas o debate sobre o financiamento das universidades é mais complexo. Na SPD e na A Esquerda.PDS há uma proposta de um equilíbrio entre os estados só relacionado com universidades. Sobre a pressão mencionada acima muitos políticos de A Esquerda.PDS preferiram este modelo alternativo porque segura as finanças da universidade e a educação universitária sem despesas.³⁷

d. O nível municipal

No pacto da coalizão dos partidos do governo da federação CDU/CSU e SPD eles apresentaram as suas ideias relacionadas a finanças dos municípios.

Já existiam propostas concretas de ambos os partidos, mas o compromisso da coalizão resultou na ideia de que as finanças dos municípios tem que estar em uma base sólida. Além

³⁷ Muitos jovens movem a Berlim para estudar. Razão é a atracção da cidade Berlim (vida social, rendas baixas, vida na cidade. O estado der Berlim tem que pagar os custos dos estudos. Depois dos estudos em Berlim muitos estudantes voltam aos seus estados. Portanto Berlim perde muitos recursos humanos e saber que é importante para o mercado de trabalho e a economia. Segundo deste modelo outros estados tem que pagar para seus estudantes do seu estado porque eles tem a vantagens de um jovem educado.

disso só há mais uma concretização relacionada com a reforma dos impostos: eles devem ser mantidos até que seja possível avaliar as conseqüências de outras alternativas.³⁸ As datas destas reformas ainda não foram definidas. Possivelmente começará em 2007.

A reforma das finanças dos municípios é demasiado urgente. Representantes da política, da economia, da ciência e dos municípios estão debatendo sobre o saneamento das finanças dos municípios há muito tempo. Muitas vezes os municípios declaram que os margens de manobra quase já não existem mais e um financiamento de longo prazo é necessário em tempos de altos gastos dos municípios.

Um dos aspectos centrais para a reforma das finanças dos municípios é o “imposto profissional” que é o recurso mais importante. Apesar do aumento das receitas do imposto profissional no ano de 2003 e a soma de 31 bilhões euros em 2005, ainda existe o perigo da insolvência – de acordo do presidente da união das cidades e municípios Roland Schäfer – para alguns municípios. Os investimentos municipais ficaram mais de 40 por cento abaixo do total em 1992.³⁹ Artigo 28 II do *Grundgesetz* implica que os municípios tem o direito de arrecadar um imposto relacionado à sustentação da economia regional. De acordo de alguns representantes da economia e também alguns políticos e pesquisadores o imposto não consegue alcançar esta meta. Um argumento dos críticos é a dependência conjuntural das receitas e ao mesmo tempo a dependência das poucas empresas grandes nos municípios. Até agora nenhuma reforma sustentável foi concretizada.⁴⁰ Alguns anos atrás, havia muitas propostas para uma reforma do imposto profissional e a sua substituição.⁴¹

³⁸ CDU/CSU und SPD, Gemeinsam für Deutschland – mit Mut und Menschlichkeit, Koalitionsvertrag, Berlin, 11 de Novembro 2005, p. 70.

³⁹ De acordo de Frankfurter Allgemeine Zeitung de 14 de Janeiro 2006.

⁴⁰ Ludwig, Joachim; Weise, Katharina, *Reform der Kommunalfinanzen*, Der Aktuelle Begriff Nr. 04/06, Wissenschaftlicher Dienst des Deutschen Bundestages, Berlin, 2006.

⁴¹ Modelos e propostas: Ludwig, Weise.

No ano passado A Esquerda.PDS, que – como mencionado acima – é bem representada nos municípios – apresentou directrizes para a política comunal sob o título “ Uma sociedade civil em municípios fortes” que foram decididas em Dezembro de 2005.

As directrizes incluem tanto posições da democratização e reforma da administração quanto a situação problemática das finanças dos municípios:⁴²

1. Pilares principais de uma política municipal

- Vigorar emancipação social – Alargar democracia local
Orçamento participativo, procedimento simples e de custos mínimos para a organização de grupos da sociedade civil, “decisões civis”, modernização da administração
- Garantia dos serviços públicos à população sob condições novas de desenvolvimento
Anulação da liberalização dos setores específicos, criação dos princípios da determinação e do tratamento dos serviços públicos à população, estratégias para mudanças nos serviços públicos à população

2. Condições básicas para a possibilidade de auto-administração regional

- Estabelecimento dos municípios em um sistema federal
Participação municipal no Grundgesetz, diminuição do poder de decisão da federação nos municípios
- Reestabelecer o margem de manobra financeira nos municípios
Reforma das finanças dos municípios, consolidação do orçamento sustentável
- Segurar a atuação econômica dos municípios, promover empregos e a economia regional

Relativo ao imposto profissional e à reforma das finanças dos municípios A Esquerda.PDS tem a posição que a base de contribuição de impostos tem que ser alargada pela inclusão de elementos dependentes da conjuntura (tem que ser sujeito a imposto). Além disso, a obrigação de pagar o imposto profissional tem de incluir trabalhadores por conta própria (médicos,

⁴² Linkspartei.PDS, Eine starke Bürgergesellschaft in starken Kommunen – Kommunalpolitische Leitlinien der Linkspartei., Beschluss der 3. Tagung des 9. Parteitages der Linkspartei.PDS, Dresden, Dezembro 2005.

advogados, arquitectos). Também deveria ser possível baixar a alíquota do imposto para que as micro e pequenas empresas possam aproveitar.⁴³

O programa dos impostos de A Esquerda. também inclui ideias mais progressivas.

O imposto profissional vai ser mudado para um “imposto profissional de serviço”. Aqui acontece uma tributação do “valor acrescentado”, que é o rendimento menos os custos do salário. Existem propostas específicas da A Esquerda.PDS, mas realmente não existe uma maioria no nível federal, que tem a competência de legislar os impostos, para estas ideias.

Outros pontos básicos das directrizes já são realizados. Apesar de ainda não existir uma aceitação ampla na Alemanha, alguns bairros em Berlim já podem introduzir um orçamento participativo.

A discussão dos serviços públicos à população nos municípios tem muita relevância. A Esquerda.PDS tem que discutir os problemas da situação financeira especialmente nos municípios e nas cidades onde o partido tem responsabilidade política. Os serviços públicos à população (hospitais, companhias de saneamento básico, companhias de transporte, companhias de lixo, sociedades de habitação) fazem parte dos bens do município próprio. Ao mesmo tempo os municípios têm dívidas. Uma oferta de compra de uma companhia privada acaba incentivando a venda de empresas estatais.

Até agora havia um senso comum de que os serviços públicos à população têm de ficar sobre a responsabilidade municipal.

Relativo à qualidade e à segurança do equipamento existem instruções concretas nas directrizes da A Esquerda.PDS.⁴⁴ Depois da discussão sobre a situação em Berlim, em que

⁴³ Linkspartei.PDS, Eine starke Bürgergesellschaft in starken Kommunen – Kommunalpolitische Leitlinien der Linkspartei., Resolução 3. Tagung des 9. Parteitages der Linkspartei.PDS, Dresden, Dezembro 2005, p. 13.

alguns serviços foram mudados para uma forma jurídica privada, houve discussões internas porque eles viram o perigo de uma venda rápida. Isto só é a meia verdade. Algumas habitações públicas foram vendidas porque não eram mais necessárias. Apartamentos sociais ainda estão à disposição.

No ano 2006 em Dresden, uma cidade de quase 500.000 habitantes, todos os apartamentos públicos da cidade foram vendidos a uma companhia de investimento privada. Esta decisão política foi tomada pelos conservadores (CDU), liberais (FDP) e também por alguns membros da A Esquerda.PDS. Foi declarada que a venda é necessária para baixar as dívidas da cidade ao zero. As dívidas totalizavam 800 milhões de euros e a receita da venda foi de 1 bilhão euros. Uma “carta social” deve assegurar os inquilinos diante dos interesses da companhia até 2016. Mas finalmente a cidade perde toda a influência ao mercado dos apartamentos. Há dúvidas que a receita da venda vai resultar em uma situação sem dívida sustentável em Dresden. Os que votaram em favor da venda ainda não conseguiram provar que a receita da venda resultará na consolidação do orçamento da cidade.

Um déficit estrutural na política orçamentaria não pode ser saneado com uma decisão única. Uma perda da credibilidade aumenta na área principal da programação da A Esquerda.PDS. A venda de 100 por cento também causava controvérsias na A Esquerda. Quase ao mesmo tempo havia uma discussão sobre este tipo de venda na cidade de Rostock. Tanto o parlamento municipal quanto o conselho da administração da A Esquerda.PDS votaram contra a venda.⁴⁵ Neste momento, em Berlim, a venda dos apartamentos também foi cessada porque não havia necessidade.⁴⁶

⁴⁴ Linkspartei.PDS, Eine starke Bürgergesellschaft in starken Kommunen – Kommunalpolitische Leitlinien der Linkspartei., Beschluss der 3. Tagung des 9. Parteitages der Linkspartei.PDS, Dresden, Dezembro 2005, p. 8.

⁴⁵ Bockhahn, Steffen, *Verkauf von WIRO-Wohnungen findet keine Zustimmung*, comunicado de imprensa, 26 de Abril 2006.

⁴⁶ Liebich, Stefan, *Weitere Privatisierung kommunaler Wohnungen gestoppt*, comunicado de imprensa, 7 de Março 2006.

Em Dresden a decisão resultou em grande conflitos entre os representantes da A Esquerda.PDS. E finalmente o conflito resultou em dois requerimentos no congresso federal da A. Esquerda. Quase todos os representantes do partido votaram em um requerimento que asseguraria os serviços público à população. A decisão do congresso federal da A Esquerda. PDS inclui uma regra diferenciada, que diz quando e sob quais condições uma desagregação dos bens públicos poderia ser possível. Foi declarada que a desagregação tem que ser uma exceção. Baixar as dívidas ao zero não faz parte do conceito da A Esquerda.PDS.

3. Resumo

Isto só pode ser uma pequena apresentação da nossa politica na área de finanças públicas e orçamento. Há mais aspectos que são importante para a nossa política: o orçamento da Europa, a questão de uma taxa europeia, a reforma dos impostos em geral, os equilíbrios financeiros entre os municípios em quase todos os estados, salário-mínimo etc.

Para a politica esquerda as condições em cada nível são muito diferente – na politica, nos orçamentos públicos, no partido. Mas sempre há os maiores problemas: a diminuição dos orçamentos públicos e a suposição que a consolidação dos orçamentos públicos vão melhorar as situações financeiras difíceis da federação, dos estados e dos municípios.

Precisamos das mudanças e reformas profundas e sustentáveis. Isso significa também que há muito trabalho para um partido esquerda. Ainda não há maiorias para a nossa politica. Mas alguns das nossas ideias já foram realizadas. Este é a motivação para continuar ...